

**VALORIZAÇÃO DA CULTURA E ECONOMIA REGIONAIS COMO
CONTRAPONTO À GLOBALIZAÇÃO HEGEMÔNICA SEGUNDO BOAVENTURA
DE SOUSA SANTOS:
ESTUDO DE CASO: O exemplo da Associação da Mutuca (Quilombo Mata
Cavalo)**

**Silvânio Barcelos, Doutor em História,
Docente da Faculdade Invest de Ciências e Tecnologia, Cuiabá – MT.
Fone: (65) 981198713, E-mail: silvaniobarcelos@hotmail.com**

Resumo:

De acordo com diversos intelectuais que estudam o fenômeno da “Globalização”, à despeito da aparente homogeneização do conceito, o que se observa no âmbito da realidade é o alargamento do fosso que separa ricos de pobres no mundo globalizado e pós-moderno. Entre os autores que analisam tal conceito, destaca-se Boaventura de Sousa Santos para o qual uma das saídas capazes de contrapor às pressões econômicas e culturais impostas pelo globalismo hegemônico das grandes potências capitalistas do Ocidente, reside no esforço da valorização da cultura e economias regionais. Esse é o caso da experiência inovadora empreendida pelos quilombolas da Associação da Mutuca, pertencente ao complexo do Quilombo Mata Cavalo do Município de Nossa Senhora do Livramento, em Mato Grosso, abordado neste artigo como “estudo de caso”. Através de uma administração voltada às demandas do mercado regional da Baixada Cuiabana, as lideranças da Mutuca inovaram os processos de produção e comercialização de seus produtos, utilizando-se da força comunitária de sua associação em sintonia com alguns dos principais pressupostos defendidos por Sousa e Santos, o que confirma na prática a aplicabilidade empírica de suas teorias.

Palavras-chave: Globalização; quilombo; mercado regional.

Abstract:

According to several intellectuals who study the phenomenon of "Globalization", despite the apparent homogenization of the concept, what is observed in the realm of reality is the widening of the gap between rich and poor in the globalized and postmodern world. Among the authors who analyze this concept, we highlight Boaventura de Sousa Santos for whom one of the outlets capable of counteracting the economic and cultural pressures imposed by the hegemonic globalism of the great capitalist powers of the West resides in the effort to value culture and economies regional authorities. This is the case of the innovative experience undertaken by quilombolas of the Association of Mutuca, belonging to the Quilombo Mata Cavalo complex of the Municipality of Nossa Senhora do Livramento, in Mato Grosso, discussed in this article as a case study. Through an administration focused on the demands of the regional market of Baixada Cuiabana, the leaders of Mutuca innovated the processes of production and commercialization of its products, utilizing the community strength of its association in harmony with some of the main assumptions defended by Sousa and Santos, which confirms in practice the empirical applicability of their theories.

Keywords: Globalization; quilombo; regional market.

Sobre o conceito de Globalização

De acordo com o professor e geógrafo Milton Santos, globalização é o apogeu do mundo capitalista de um processo que conhecemos como internacionalização do mundo globalizado. Os fatores que levaram a este processo são: a unicidade da técnica, a convergência dos momentos, o conhecimento do planeta e a mais valia globalizada. O autor nos alerta sobre os problemas causados pela pressão imposta pelo globalismo econômico mundial que, segundo sua ótica, não contempla em sua totalidade as sociedades do mundo pós-moderno. Para ele: “Um mercado avassalador dito global é apresentado como capaz de homogeneizar o planeta quando, na verdade, as diferenças locais são aprofundadas.” (SANTOS, 2002, p. 19). De forma similar, Zygmunt Bauman também em suas formulações desvela o caráter inconsistente do conceito aqui analisado.

Bauman, um dos mais importantes sociólogos contemporâneos, analisa o processo da globalização dando ênfase às consequências humanas. A supressão do tempo e espaço e o avanço da tecnologia polarizaram a sociedade, onde quem tem mobilidade se exime das responsabilidades, restando aos localizados lambar as feridas. Para ele, nós vivemos em um mundo com duas realidades distintas: nossa sociedade é de consumo enquanto a grande maioria é consumida na miséria. (BAUMAN, 1999).

Vários pensadores contemporâneos discutem o grave problema do consumismo no mundo atual, entre eles destacamos Guy Debord e sua seminal obra “A sociedade do Espetáculo”. Numa brilhante analogia, o autor define o “espetáculo” como a necessidade de consumo imposta pelos interesses hegemônicos através de intensa propaganda. (DEBORD, 2000). Vale lembrar que está em questão o conceito de consumismo como modalidade de consumo banal voltado mais para o entretenimento que as necessidades reais. Sem dúvida, este é um problema para as sociedades contemporâneas. Segundo Debord já não é mais a mercadoria que interessa, mas sim o ato de consumir. Embora a importância do conceito de consumismo defendido pelo autor, o que interessa ao escopo deste artigo é a forma como a necessidade de consumo é imposta à sociedade, ou seja, através do poder intrínseco da indústria midiática como força alienante. Concordando com essas premissas sociológicas, Milton Santos, em suas teorias acerca da globalização, se refere aos meios de propaganda como agentes potenciais nos processos de formação de opinião.

Para Milton Santos a realidade é mediocrementemente construída resumindo vários contextos em uma única abordagem, refém dos detentores do dinheiro, poder e da informação. Deslocando-se dessa visão equivocada torna-se necessário entender a existência de três mundos distintos: “O primeiro seria o mundo tal como nos fazem vê-lo: a globalização como fábula; o segundo seria o mundo tal como ele é: a globalização como perversidade; e o terceiro, o mundo como ele pode ser: uma outra globalização.” (SANTOS, 2002, p. 18).

A globalização entendida como “Fábula” pressupõe que no intuito de legitimar as construções imaginárias que configuram e perpetuam o sistema, os chamados “formadores de opinião” fazem uso da mais elementar e eficaz arma: a “repetição”, que, ao contrário do que a aparente obviedade ilude, não extingue possíveis ideologias, mas as concretizam. Como é o caso do mito da aldeia global. Com relação à “Perversidade, Santos afirma que a mesma globalização que cria a utópica cidadania universal para uns (poucos) faz alastrar-se males morais e sociais na esquecida maioria. (Grifos nossos). Uma outra globalização supõe uma mudança radical das condições atuais, de modo que a centralidade de todas as ações seja localizada no homem e não mais no dinheiro. Santos acreditava que as Redes Sociais mudariam

para sempre o jogo de poder no mundo. Concordando com o conceito de “perversidade” intrínseco à ideia de um mundo globalizado, proposto por Milton Santos, Zygmunt Bauman traça uma linha de pensamento polarizada entre aqueles que possuem mobilidade e outros que são por definição localizados.

Bauman destaca em suas análises sociológicas as transformações sociais por que passam as sociedades atuais em consequência da globalização. O estado de contínuo movimento em que o mundo se encontra produz desequilíbrios e alarga o fosso que separa ricos de pobres. Para o autor: “todos nós estamos, a contragosto, por desígnio ou à revelia, em movimento. Estamos em movimento mesmo que fisicamente estejamos imóveis”. (BAUMAN, 1999, p. 8). Essa noção de movimento polariza a balança do poder aumentando a capacidade de operação dos que são globalizados, estendendo as fronteiras de seus domínios ao mesmo tempo em que aumenta o nível de exclusão social dos localizados. Entende ele que: “ser local num mundo globalizado é sinal de privação e degradação social”. (Id.. Ibidem). Nesse contexto globalizado, a mobilidade constitui-se na peça chave com a qual determinados grupos sociais combinam fatores essenciais dominando o mundo dos negócios, das finanças, comércio e controle dos fluxos de informações.

A falta de mobilidade estratégica, a redução à condição de “local” são os fatores que determinam a exclusão social de pobres no mundo contemporâneo promovendo, assim, um estado de insegurança e incertezas. Bauman, a partir destes pressupostos, compreende a importância de se articular as dimensões do local e global como forma dos grupos sociais garantirem efetivamente suas sobrevivências. Para Boaventura de Sousa Santos, no entanto, a globalização, entendida em seu sentido genérico, refere-se a processos altamente complexos que abarcam praticamente a totalidade da vida contemporânea.

Sociólogo e professor catedrático da Universidade de Coimbra, em Portugal, Boaventura de Sousa Santos, em sua obra “Globalização e as ciências sociais”, empreende uma profunda análise do fenômeno da globalização, sendo esta marcada pelo seu caráter difuso e multifacetado. Para ele, a globalização refere-se a processos que perpassam a diversidade da vida social, desde a unificação dos sistemas produtivos às profundas modificações das áreas tecnológicas, de informação e comunicação provocando, assim, o aumento significativo das desigualdades sociais. Boaventura Santos, aprofundando os conceitos desenvolvidos por Bauman, assevera que o impacto da globalização sobre as estruturas globais e locais são, de fato, contraditórios e heterogêneos, pois:

Cada uma das áreas da vida social, é o produto de uma negociação conflitual e de resultados relativamente indeterminados entre o que é concebido como local, ou endógeno, e o que é concebido como global, ou exógeno, entre rupturas e continuidades, entre novos riscos e velhas seguranças, entre mal-estares conhecidos e mal-estares desconhecidos, entre emergências e inércias. (SOUSA SANTOS, 2002, p. 11).

Boaventura Santos identifica, em suas formulações, três diferentes níveis de globalização no mundo contemporâneo. Em primeiro plano encontra-se o que denomina de globalização hegemônica, sendo esta orquestrada pelos países centrais cujos custos e oportunidades por ela produzidos são “desigualmente distribuídos no interior do sistema mundial”. (Op. Cit. p.12). É exatamente por estas razões que num crescente se alarga o fosso entre países ricos e países pobres e entre ricos e pobres de uma mesma localidade.

Para ele, os países centrais possuem a prerrogativa da mobilidade intrínseca à globalização hegemônica, capaz de dela auferir as vantagens do sistema econômico transferindo, ao mesmo tempo, o ônus dos custos sociais aos países periféricos. Perfeitamente alinhado ao pensamento de Bauman, para o qual resta aos locais “lamber as feridas”, Boaventura Santos nos lembra que pertencer ao sistema da globalização hegemônica significa possuir a capacidade de maximizar as vantagens e minimizar os custos dela provenientes. Não obstante, o mesmo não ocorre fora das fronteiras dos países centrais.

Em segundo e terceiro planos, Boaventura Santos identifica os países periféricos e semiperiféricos. Para o autor, aqueles sofreram nas últimas décadas uma crescente degradação em suas posições ocupadas no sistema mundial, o que significa o mesmo nível de decomposição dos padrões de vida de seus habitantes. Isto ocorreu, principalmente, por que foram forçados a pagar os custos dos próprios benefícios produzidos pelos países centrais, sem, no entanto, alcançar as oportunidades também por eles criadas. A situação não é muito diferente para os países semiperiféricos, ou de desenvolvimento intermédio para utilizar uma expressão do autor. A diferença reside na capacidade destes de usufruir, em determinados níveis, das vantagens produzidas pela globalização hegemônica, minimizando seus inconvenientes.

No entanto, nos lembra o autor: “São países que tanto podem cavalgar a globalização hegemônica para, com base nela, obter alguma promoção nas hierarquias do sistema mundial, como podem ser cavalgados por ela nos declives que promovem a despromoção.” (Op. Cit. p.13). Desta forma, os problemas provocados pela globalização hegemônica tendem a produzir para os países ditos semiperiféricos efeitos imprevisíveis e, via de regra, de difíceis resoluções. No caso do Brasil, um país semiperiférico de acordo com o autor, a posição ocupada na hierarquia do sistema mundial está diretamente relacionada às consequências do regime militar, de 1964, notoriamente marcado pelo impulso modernizador. Neste caso, no período de transição política, verificado em meados da década de 1980, não se modificaram as estruturas de poder econômico e social mantendo-se, autoritariamente, as mesmas configurações do Estado.

Foi neste contexto, segundo Boaventura Santos, que as elites conservadoras “cavalgaram com êxito a transição democrática, aproveitando e reforçando a crise de Estado para entregar o país à nova ortodoxia neoliberal onde viram as novas oportunidades para reproduzir seu poder.” (Id. Ibidem.). Num contexto mais abrangente, não obstante, Boaventura Santos assevera que uma das principais características do sistema mundial contemporâneo reside na obliteração da força política em detrimento do que denomina metaconsenso neoliberal.

Esta ideia-força, o metaconsenso neoliberal, apoia-se na movimentação e na insurgência de uma nova divisão internacional do trabalho promovida pela fusão de empresas multinacionais convertidas, agora, em principais atores no cenário econômico mundial. Desta forma, uma classe capitalista transnacional emerge hoje em escala global superando, facilmente, “as organizações nacionais de trabalhadores, bem como os Estados externamente fracos da periferia e da semiperiferia do sistema mundial.” (Op. Cit. p. 32). O equilíbrio de forças que permite a hegemonia capitalista global se deve à anuência de uma classe insurgente composta por dois ramos distintos: um local e outro internacional. O ramo local, representado pelo que o autor denomina de “burguesia nacional” é composto pela elite empresarial, altos funcionários estatais, lideranças políticas influentes bem como de profissionais liberais. À despeito da aparente heterogeneidade dos atores sociais em questão, segundo o autor estes se constituem em classe social tendo em vista que:

Os seus membros, apesar da diversidade de seus interesses setoriais, partilham uma situação comum de privilégio socioeconômico e um interesse comum de classe nas relações do poder político e do controle social que são intrínsecos ao modo de produção capitalista. (Op. Cit. p. 33).

O ramo internacional, por sua vez, representado pelo que o autor denomina “burguesia internacional”, é constituído pelos administradores das empresas multinacionais, assim como pelos responsáveis pelas instituições financeiras globalizadas. Esta nova estrutura de classe tem produzido de forma crescente as desigualdades sociais antes referidas, fato aceito e reconhecido, inclusive, pelas agências multinacionais que conduzem o próprio processo da globalização hegemônica, tais como: Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Para o autor, é evidente que o descompasso na distribuição da renda mundial constitui-se em um dos maiores problemas causados pelo sistema econômico mundial nas últimas décadas.

Segundo estatísticas da Organização das Nações Unidas, $\frac{1}{4}$ da população mundial vive na pobreza absoluta, com rendimento inferior a um dólar por dia, enquanto que $\frac{2}{4}$ desta mesma população auferem a renda de dois dólares por dia. Paradoxalmente, a má distribuição de riquezas, a nova pobreza globalizada, imposta pelos países centrais não resulta da escassez humana e nem de recursos materiais, mas sim do “desemprego, da destruição das economias de subsistência e da minimização dos custos salariais à escala mundial.” (Op. Cit. p. 35). À despeito do aparente caráter monolítico de que se reveste o conceito de globalização hegemônica, Boaventura Santos argumenta no sentido de sua própria desmistificação no que entende como “a natureza das globalizações”.

Contrapondo-se à ideia do caráter dominante da globalização, o autor desconstrói tal assertiva revelando seu caráter omissivo quanto à própria teoria a ela subjacente posto que, para ele, tal fenômeno não é linear, nem ao menos inequívoco. No entanto, esta visão, apesar de falsa é aceita sem maiores problemas. Torna-se necessário e urgente entender que o aparente caráter hegemônico de que se reveste o conceito de globalização constitui-se em dispositivos ideológicos e políticos que possuem sua própria lógica e intencionalidades. Entre estes dispositivos Boaventura Santos destaca a falácia do determinismo, que para ele consiste na:

Inculcação da ideia de que a globalização é um processo espontâneo, automático, inelutável e irreversível que se intensifica e avança segundo uma lógica e uma dinâmica próprias suficientemente fortes para se imporem a qualquer interferência externa. (Op. Cit. p. 50).

Contribui para esta falácia, de acordo com o autor, não somente os arquitetos da globalização, mas também intelectuais de referência, como é o caso de Manuel Castells, para quem a globalização é o resultado direto da revolução tecnológica da área informacional. Conforme Castells apud Boaventura Santos, a globalização se reveste de caráter mundial porque as atividades produtivas, de distribuição e consumo são organizadas em escala global. Para Boaventura Santos, a falácia de Castells consiste na transformação das causas da globalização em seus efeitos. De fato, assevera o autor, a globalização é resultado direto de decisões políticas

passíveis de identificação tanto no tempo como em sua autoria, qual seja dos Estados centrais, mais precisamente pelo Consenso de Washington. Também conhecido como “consenso neoliberal”, o Consenso de Washington foi implantado pelos países centrais, em meados da década de 1980, abrangendo entre outras coisas: “o futuro da economia mundial, as políticas de desenvolvimento e especificamente o papel do Estado na economia.” (Op. Cit. p. 27).

Nos lembra o autor, que a falácia do determinismo, entre outras, perde sua força na mesma proporção em que a globalização se transforma em um campo de contestação sociopolítica. Se para seus defensores a globalização constitui-se no ápice da racionalidade, da abundância e do progresso ilimitados, para seus críticos ela transporta em seu bojo: “a miséria, a marginalização e a exclusão de grande maioria da população mundial, enquanto a retórica do progresso e da abundância se torna em realidade apenas para um clube cada vez mais pequeno de privilegiados.” (Op. Cit. p. 53). Por estas razões, e por outras tantas elencadas pelo autor, aqui suprimidas por romper com as fronteiras deste artigo, se torna imperioso repensar os limites da ideia falseada da globalização enquanto conceito homogeneizante. Assim, destacamos como relevante para nosso estudo a contradição entre globalização e localização encontradas na obra aqui referenciada.

A pluralidade de discursos sobre o caráter homogeneizante da globalização deve, segundo o autor, ser repensada de forma crítica, entre eles merece destaque a contradição entre o global e o local. Assim, o tempo presente, aparentemente, parece clivado pela ideia errônea de que a globalização não pode ser desvinculada da localidade. De fato, nos lembra o autor:

À medida que a interdependência e as interações globais se intensificam, as relações sociais em geral parecem estar cada vez mais desterritorializadas, abrindo caminho para novos direitos às opções, que atravessam fronteiras até pouco tempo policiadas pela tradição, pelo nacionalismo, pela linguagem e pela ideologia, e frequentemente por todos eles em conjunto. (Op. Cit. p. 54).

Em aparente contradição à esta tendência, por outro lado, percebe-se a insurgência de novas identidades regionais, locais e nacionais que são construídas num esforço proeminente de volta às origens, às raízes. Estes localismos, confere o autor, tanto podem constituírem-se em territórios reais, assim como em imaginários, onde as relações sociais são caracterizadas pela proximidade e pela interatividade, de acordo com suas próprias palavras: “relações face a face”. Boaventura Santos cita como exemplo deste localismo territorializado aqueles protagonizados por povos que “ao fim de séculos de genocídio e de opressão cultural, reivindicam, finalmente com algum êxito, o direito à autodeterminação dentro dos seus territórios ancestrais.” (Id. Ibidem.).

É este o caso dos povos indígenas da América Latina. Entendemos que também é este o caso das comunidades quilombolas contemporâneas que reivindicam seu direito à propriedade e permanência em suas terras, numa busca incessante por sua condição de atores e protagonistas de suas próprias vidas. Neste sentido é de vital importância para os propósitos deste artigo a análise de Boaventura Santos acerca da “globalização contra hegemônica”.

De acordo com Boaventura Santos, os povos indígenas e quilombolas, para citar alguns exemplos, através da valorização do regionalismo se fortalecem e ao mesmo tempo evidenciam um movimento de resistência à globalização hegemônica. Esse é um caminho para superação

desses problemas. Valorizar a vida regional e fortalecer os vínculos internos buscando sua autonomia.

Um dos debates ocorridos à época da escrita da obra de Boaventura Santos consistiu na indagação da existência de uma ou demais globalizações, em termos conceituais. Trata-se de um quase consenso nos meios especializados a noção da existência de somente uma globalização, sendo esta de cunho “capitalista neoliberal”. Desta forma, em havendo somente uma globalização, a resistência a ela só poderia ser classificada como “localização não assumida”. Não obstante, numa evidente crítica a este modelo, ainda nos dias atuais a maior parte da população mundial mantém economias calcadas na tradição.

Boa parte desta população vive acima da margem de pobreza, sendo que a parte empobrecida o fora tendo em vista as políticas neoliberais. Portanto, explica o autor, a resistência mais produtiva contra a globalização: “reside na promoção das economias locais e comunitárias, economia de pequena escala, diversificadas, autossustentáveis, ligadas a forças exteriores, mas não dependente delas.” Segundo esta lógica a resposta eficiente contra os processos de desterritorialização promovidos pela globalização hegemônica só pode encontrar respaldo na reterritorialização, ou seja, a redescoberta do sentido de lugar, de pertença e da comunidade, o que implica: “a redescoberta ou a invenção de atividades produtivas de proximidade”. (Op. Cit. p. 72). Vale dizer, exploração econômica regionalizada. Para o autor, localização significa: O conjunto de iniciativas que visam criar ou manter espaços de sociabilidade de pequena escala, comunitários, assentes em relações face a face, orientados para a auto sustentabilidade e regidos por lógicas cooperativas e participativas.” (Id. Ibidem.).

Em conformidade com diversos atores citados por Boaventura Santos, nestas propostas incluem-se: pequena agricultura familiar, comércio e moedas locais, sendo uma de suas características o não isolacionismo, mas, sim um novo sistema de autoproteção contra as forças econômicas hegemônicas. Estas medidas contra hegemônicas são necessárias na medida em que se entende que a economia global, longe de haver rompido com os velhos protecionismos, constitui-se, ela mesma, uma estratégia da economia global hegemônica, que visa à proteção das multinacionais e dos organismos financeiros em escala mundial.

Não obstante, para o autor, o paradigma da localização, suas bases regionais, não deve se opor à ideia da transglobalização. Deve, sobretudo, consistir no esforço pela superação dos problemas causados pela globalização hegemônica, permitindo, assim, a livre iniciativa dos localizados no sentido da otimização de sua produção e intercâmbio comerciais, bem como culturais, alavancando desta forma “a pequena escala em larga escala”. De acordo com nosso discernimento, esta constitui-se numa visão capaz de superar os velhos estereótipos e contrabalançar as estruturas de poder econômico que dominam o cenário mundial.

Como vimos nas análises acima, principalmente aquelas referentes ao sociólogo Boaventura de Sousa Santos, a saída para as pequenas comunidades, regionalizadas e sem acesso aos benefícios da globalização hegemônica, constitui na valorização da própria localidade onde vivem, construindo, desta forma, estratégias de produção e modos de vida vinculadas à própria região. Esse é o caso da Associação da Mutuca, junto à qual desenvolvemos pesquisas para a realização de nosso mestrado e doutorado pela UFMT, por um período de quase uma década. Como veremos a seguir, foi a partir desta nova visão que uma nova mentalidade passou a integrar aquela comunidade.

ESTUDO DE CASO:

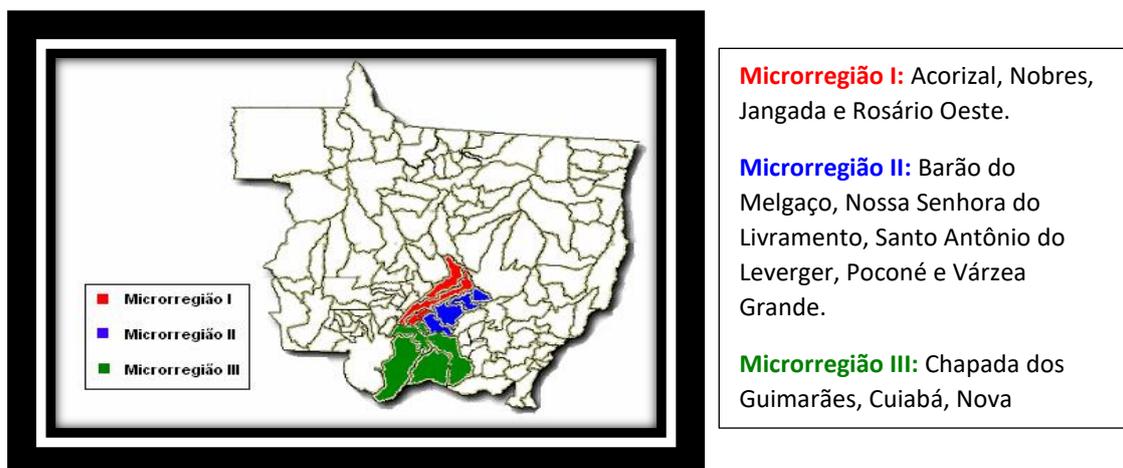
A Associação da Mutuca e sua inserção no mercado regional da Baixada Cuiabana.

“Logo, o escravo não é coisa, mas ser humano levemente limitado por um estatuto social inferior. Tem espaço para se manifestar como agente do ambiente em que convive com os senhores. Não havia razão para muita queixa do destino que lhe coube. **Admirável mundo velho**”.
(Gorender, 1990, p.21)

As terras da Comunidade de Remanescentes do Quilombo Mata Cavalo

A Comunidade de Remanescentes do Quilombo Mata Cavalo, domicílio e moradia dos descendentes dos escravos da antiga Sesmaria Boa Vida, que deu origem a essa comunidade quilombola, possui uma área total de 14.690,3413 hectares, localizada às margens da rodovia MT 060 que liga a cidade de Nossa Senhora do Livramento à Poconé, a partir do quilômetro 5, em uma das microrregiões que formam a Baixada Cuiabana em Mato Grosso.

Mapa: Microrregiões da Baixada Cuiabana¹. Fonte: (BRASIL, 2006, p. 13)



Conforme evidenciado no Relatório Técnico realizado pela Unidade Avançada Diamantino da Superintendência Regional de Mato Grosso, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, intitulado “Comunidade Remanescentes do Quilombo Mata Cavalo”, realizado em 2 de fevereiro de 2006², as terras desta comunidade são marcadas por um clima predominantemente quente, com temperatura média anual de 22° C, podendo atingir até 38° C nos meses de outubro e novembro,

¹ A legenda com a relação dos Municípios que formam a Baixada Cuiabana foram acrescentadas pelo autor.

² O referido Relatório Técnico encontra-se disponível à consulta no acervo do INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, em sua sede localizada na capital de Cuiabá – MT, dispondo o autor do presente de uma cópia em seu acervo particular.

com a ocorrência de duas estações fixas bem definidas durante o ano: chuvosa, de outubro a abril, e seca, de maio a setembro. Com abundantes recursos hídricos, o imóvel é servido pelos córregos: Mata Cavallo, Boa Vida, Mutum, Aguassu, Mutuca, Estiva, Ventura, Pirizal e por outras nascentes que os formam, todos pertencentes à Zona Fisiográfica do Pantanal, cujos córregos formam no seu percurso os rios Santana e Bento Gomes. Importa afirmar que se trata de um delicado ecossistema cuja preservação é de interesse mundial, o que demanda constantes ações visando sua proteção por parte dos órgãos ambientais fiscalizadores. A vegetação que predomina nesta região é a Savana Arbórea Aberta, característica do cerrado, compreendendo 95% da área e a Floresta de Galeria Semidecidual nos 5% restantes do Imóvel. Seu solo apresenta elevada quantidade de cascalho o que constitui fator de impedimento da mecanização e desenvolvimento de raízes. Com profundidade média de 30 cm, sua utilização recomendada é a relacionada às pastagens nativas em regime extensivo. Apesar de apresentar uma fertilidade natural boa ou razoável não é indicado como adequado ao cultivo intensivo e contínuo, o que não impede sua utilização de forma racional e programada.

Possuindo fauna bem diversificada, conforme pesquisas realizadas sob coordenação de Maria de Lourdes Bandeira, doutora em Antropologia Social pela USP e professora titular da Universidade de Cuiabá, destaca-se entre as espécies que se encontram naquela área as aves “tuiuiús, araras, tucanos e jandaias, entre os répteis os jacarés e lagartos e entre os mamíferos, catetos, veados, macacos e capivaras” (BANDEIRA, DANTAS e BARROS, 1990, p.5). Animais típicos da região pantaneira, atualmente, já não se encontram em grandes quantidades em consequência do processo de desmatamento da vegetação natural para o plantio de pastagens. O subsolo é rico em ouro constituindo até aos dias atuais uma forte atração aos garimpeiros da região que ainda utilizam do mercúrio no processo de separação do ouro, sem maiores preocupações com o meio ambiente, o que vem “acarretando problemas como: assoreamento dos cursos d’água, morte dos rios piscosos, aridez do solo e muita erosão decorrente de escavações profundas” (Op. Cit. p.5), no caso das mineradoras que se utilizam dos métodos industrializados de exploração e também pela ação dos garimpos de menor porte.

De acordo com diversas entrevistas gravadas no âmbito de nossas pesquisas junto à essa comunidade, desde o ano de 2008, boa parte de seus integrantes utiliza suas terras de forma bem racional, respeitando suas limitações o que desvela uma constante preocupação por parte dos quilombolas com a sua preservação. Ali eles cultivam mandioca, cana de açúcar (para

produção de melado, aguardente e rapadura), arroz, milho, batata doce, abacaxi, banana³, cará, feijão, maxixe, quiabo, melão, melancia, moranga e pastagens. Utilizando-se do método rudimentar de derrubada e queimada, conhecido como roça de toco, eles empregam o sistema de rodízio das áreas que foram plantadas em um determinado período de tempo. Desta forma, em específica área que foi usada durante um ano só será novamente reutilizada após cinco, seis ou até oito anos, quando acontece a regeneração natural da vegetação e da capacidade do solo na absorção de húmus necessários ao desenvolvimento das culturas. Herança que passa de geração a geração, a sabedoria empírica no manejo da terra permite aos remanescentes sua utilização de forma racional e duradoura o que evita o empobrecimento da sua fertilidade e a consequente saturação de sua capacidade produtiva.

Em sua configuração atual, a Comunidade de Remanescentes do Quilombo Mata Cavallo é dividido em diversas associações que mantém certa autonomia entre si, salvo nas ocasiões em que se debatem os problemas que são comuns ao grupo como um todo. Fazem parte do complexo:

- a) Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Mata Cavallo de Cima.
- b) Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Ponte da Estiva.
- c) Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Ventura Capim Verde.
- d) Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Aguassu de Cima.
- e) Associação da Comunidade Negra Rural Quilombo Ribeirão da Mutuca
- f) Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Mata Cavallo de Baixo.

Dentre estas associações, destaca-se a Associação da Comunidade Negra Rural Quilombo Ribeirão da Mutuca, em parte pela íntima relação que seus integrantes mantém com suas terras e por terem sido representantes das únicas famílias que conseguiram permanecer⁴ na região, defendendo seus interesses, suas terras e um modo de vida voltado para as relações de reciprocidade social. Para este grupo, a terra possui significados que ultrapassam a questão da subsistência. Ressignificada em processos violentos face ao conflito agrário, estas terras possuem a prerrogativa da ancestralidade, do pertencimento e da liberdade. De acordo com as

³ Produto produzido na região do Município de Livramento, inclusive no Mata Cavallo, a banana produzida nessa região abastecia os mercados da Grande Cuiabá até início da década de 90 quando uma praga assolou as plantações da região comprometendo seriamente a sua produção. Só agora, após a regeneração do solo, é que esse cultivo está sendo retomado pelos pequenos agricultores da região. Incentivos como o projeto desenvolvido pela COORIMBATÁ – Cooperativa de Pescadores e Artesãos de Pai André e Bonsucesso e também da Rede de Colaboradores Solidários para a Industrialização e Comercialização de Produtos Oriundos da Pesca Artesanal e da Fruticultura Extrativista e Familiar realizada pela Universidade Federal de Mato Grosso, tem alavancado a produção de bananas na Comunidade de Remanescentes do Quilombo Mata Cavallo. Disponível em: <http://www.portalsinergia.org.br/adaptclim/arquivos/file/ADAPTCLIM>- Acesso em 18/Março/2014.

⁴ Conforme se verifica no livro QUILOMBO MATA CAVALLO: “A terra dos ancestrais”, de autoria do autor deste artigo, todas as famílias que integravam o Mata Cavallo como um todo, com exceção de um pequeno número de famílias do Mutuca, foram expulsas de suas terras, retornando aos poucos a partir da década de 1960.

referidas entrevistas, muito do que significa a realidade atual desta comunidade se deve aos ingentes esforços de Rosa Domingas de Jesus, uma mulher que lutou, junto ao marido, pela defesa de sua gente e de suas terras.

Os sonhos de Rosa Domingas de Jesus

Com a expulsão da maioria das famílias do complexo da Comunidade de Remanescentes do Quilombo Mata Cavallo por parte dos fazendeiros, em meados do século passado, somente um pequeno grupo pertencente a Comunidade Negra Rural Quilombo Ribeirão da Mutuca permaneceu em suas terras. Rosa Domingas de Jesus, uma mulher que ao assumir a posição de mãe e pai de seus filhos, após a morte de seu esposo e, também, de matriarca de sua comunidade familiar entendida, se tornou para seu povo um símbolo de resistência e de amor aos seus e à terra dos ancestrais. Com sua morte, em maio de 2005, deixou como patrimônio aos seus dez filhos a disposição de lutar pela preservação da tradição e das terras herdadas dos antigos escravos da Sesmaria Boa Vida.

Na visão de sua neta, Laura Ferreira da Silva, em entrevista gravada no dia 9 de fevereiro de 2011, D. Rosa “era uma guerreira”, e pelo que se percebe em sua fala, também um símbolo de amor maternal sempre pronta a socorrer seus filhos e parentes. As terras onde, junto com seu esposo, nasceu e morreu foi herança deixada pelo sogro Macário, descendente de Vicente Ferreira Mendes⁵. Segundo Germano Ferreira de Jesus⁶, tio de Laura e um dos filhos de D. Rosa, quando o pai ia fazer alguma atividade fora de suas terras, ele e seus irmãos nem à roça poderiam ir sem que estivessem acompanhados pela mãe, “porque ela tinha medo dos fazendeiros mandarem jagunços pra fazer algum mal pra gente”. Laura endossa as palavras do tio: “era capanga, às vezes era policial dia e noite, a gente não tinha paz com os fazendeiros. E ela sempre à frente com sua fé, rezava, pedia aos santos pelos seus filhos, pelos seus genros e noras”. Quando necessário, trocava as rezas e a devoção religiosa pelas armas no confronto com seus opositores, lembra Laura “ela ia colocava seu machado, seu facão debaixo do braço e ficava lá enfrentando eles, e falava que não saía”. Sua determinação fazia com que defendesse seus familiares e suas terras, se preciso, ao preço de sua própria vida. D. Rosa tinha consciência plena de si mesma, tanto que sempre repetia nos momentos mais graves dos confrontos que “só

⁵Vicente Ferreira Mendes, um escravo liberto, comprou a área de terra denominada Ribeirão Mutuca, local atual da comunidade de mesmo nome.

⁶ Entrevista gravada em sua residência na comunidade do Mutuca, em 9 de Fevereiro de 2011.

morta e mesmo morta jamais iria sair daquele determinado lugar. Pra tirarem ela dali só se matassem ela, mesmo assim ela ia dar muito trabalho para eles”, conclui Laura.

Diante do fracasso na tentativa de expulsar D. Rosa de suas terras, Laura revela que os fazendeiros passaram a cortar arames das cercas de suas plantações e a soltar o gado destruindo o que já estava plantado. Ao ver seus filhos angustiados nos momentos em que viam o fruto dos seus trabalhos serem destruídos em questão de horas, D. Rosa simplesmente dizia para eles que não seria dessa forma que os fazendeiros conseguiriam expulsá-los de suas próprias terras. Com coragem e devoção dizia aos filhos que para cada hectare de lavoura destruída eles cultivariam o dobro, não se entregando jamais.

D. Rosa acalentava o sonho de ver seus filhos e parentes frequentando uma escola. Nas palavras simples e profundas de Laura, reveladas na citada entrevista, sua avó entendia a necessidade da educação e da instrução como essencial à própria sobrevivência do grupo, pois:

Ela acreditava que toda causa daquela briga, daquela questão da terra se dava pelo fato que eles não tinham leitura, não tinham um entendimento da escrita. Por mais que eles tinham conhecimento, sabiam aonde iam seus limites, terra, tudo, mas eles tinham conhecimento de outra forma, não conhecimento científico como é aplicado hoje. Então ela tinha esse sonho que todos pudessem estudar. Estudasse ali e continuasse mantendo vivo a história, a resistência, a luta aí passando de geração pra geração. (SILVA, L. F., 2011).

A concretização deste sonho começou em 2002, numa reunião no Centro de Organização e Defesa do Adolescente, realizada na cidade de Nossa Senhora do Livramento, que contou com a participação de membros da entidade não governamental “Fundo do Canadá”, do país de mesmo nome, ocasião em que Laura teve a oportunidade de lhes contar a história e os sonhos de sua avó. Segundo a entrevistada, aparentemente naquele momento os canadenses não deram muita atenção à ela. Em uma data posterior, Laura recebe uma ligação dos membros do Fundo do Canadá avisando que eles estavam no Brasil e logo que chegassem a Mato Grosso fariam uma visita à comunidade do Mutuca.

Rosa Domingas de Jesus recepciona membros do Fundo Canadá



Imagem do álbum de família cedida por Laura Ferreira de Silva.
Reproduzida em forma de fotografia pelo autor deste.

No dia da visita, após ouvirem os relatos de D. Rosa, os membros desta organização resolveram então patrocinar a construção da Escola. Consolida-se o sonho. Em outra visita, os canadenses, antes da morte de D. Rosa, disseram que em função do que representava a figura da grande matriarca para a comunidade, nada poderia ser mais justo que a escola recém construída levasse o seu nome, ela passa a ser denominada, por isso, Escola Estadual Rosa Domingas de Jesus. Mais que tributo, um reconhecimento histórico ao que representou e que ainda representa para os destinos do seu grupo e por extensão do próprio quilombo. Ao final do ano de 2013 esta escola foi transferida para a Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Mata Cavalo de Baixo, numa ação empreendida pela SEDUC/MT, desde então uma nova luta se apresenta para os membros desta comunidade. Trata-se de uma questão muito delicada, que faz parte de nossas pesquisas e não serão aqui explicitadas por romperem com os limites deste artigo. Ao que interessa ao escopo das análises aqui propostas, veremos a seguir como essa comunidade conseguiu, com esforço e sentimento comunitário, romper com suas próprias limitações indo além ao desenvolver uma série de ações visando sua melhor inserção no mercado regional da Baixada Cuiabana.

Uma simples visita a essa comunidade revela os ares de progresso que ali se respira. Tanto isso é visível que em tempos recentes a comunidade ganhou na Justiça o título de sua propriedade de 200 hectares em processo de usucapião, constituindo-se na primeira grande vitória de seu povo. Protagonistas de suas próprias histórias, os homens e mulheres desta comunidade representam, como assim o entendemos, o verdadeiro espírito do sentimento de

unidade, que os mantêm coesos em torno do que um dia foi o sonho de uma mulher visionária, cujo amor e determinação mudaram o destino de sua gente. De um estado conflituoso, permeado pelo estigma da violência para outro desenhado em um cenário de promissoras perspectivas essa gente simples mostrou o caminho da determinação em busca de um ideal. O mesmo ideal que D. Rosa defendeu com os riscos de sua própria vida, demonstrando que aquelas terras, pelas quais tanto lutou, representam bem mais que subsistência, para além da terra em seu sentido literal existe uma territorialidade negra, delimitando no tempo o espaço afro-referenciado constituído na diáspora. Uma terra de negros para negros.

Laura Ferreira de Jesus, herdeira dos ideais de sua avó, representa para sua comunidade a expressão do engajamento num projeto de vida que considera o grupo familiar estendido e a comunidade como um todo. Ciente do poder que representa a unificação de sua classe⁷ em torno de objetivos comuns, esta militante luta pela melhoria da condição de vida de sua gente e por um nível de consciência mais apurado.

Para ela, a tradição deve ser conservada como herança dos antepassados e como exemplos às novas gerações. Todavia, no exercício da liderança de sua comunidade procura estar sempre sintonizada com as possibilidades do mercado. Laura entende o valor da tradição, como elo fundante e mantenedor da memória e da coesão do grupo, sem perder de vista a inserção econômica e social de sua comunidade no mundo globalizado.

Formada em Direito, pela UNIRONDON, em Cuiabá, Laura busca, além de sua própria formação intelectual e profissional, o entendimento das querelas judiciais que perpassam a rotina de sua comunidade, sem, no entanto se afastar do seu mundo de trabalho no meio rural.

Desta forma, Laura luta para manter seu povo sintonizado com o momento histórico em que vive, apoiando-se em políticas públicas de inclusão social, e na constante busca pela inserção da Comunidade Negra Rural Quilombo Ribeirão da Mutuca no mercado regional, como é o caso da Festa da Banana Quilombola e o esforço na produção de mercadorias beneficiadas, agregando valor e aumentando a renda de seu trabalho coletivo, como veremos a seguir.

⁷À guisa de esclarecimento, entende-se, neste contexto particular, classe como representação do grupo de quilombolas a que se refere o presente texto.

Associação da Mutuca: terra e trabalho

Utilizando-se da prática de cultivo manual, os quilombolas da Mutuca possuem uma relação expressiva com suas terras. Isso se deve em parte aos incentivos de setores especializados da EMBRAPA, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, que desenvolve um programa de apoio aos pequenos produtores rurais disponibilizando treinamentos, palestras e publicações técnicas acerca do manejo e cultivo de produtos agrícolas.

Além disto, existe na Associação da Mutuca uma rede de interação com organizações não governamentais e setores ligados aos movimentos sociais, em busca de alternativas viáveis à sua reprodução econômica e social. Um dos reflexos mais evidentes dos esforços das lideranças da referida comunidade visando sua inserção no mercado local, sem dúvida alguma, é a “Festa da Banana Quilombola” realizada anualmente. Carinhosamente chamados de “papa-bananas”, esse produto é motivo de orgulho, tanto para os remanescentes de quilombos desta comunidade quanto para a população da cidade de Nossa Senhora do Livramento – MT. A banana, principal produto produzido na comunidade, já faz parte da tradição de seu povo.

Imagens da festa da Banana Quilombola: realizada em 06/06/2010
na Comunidade Negra Rural Quilombo Ribeirão da Mutuca



Mod. da câmera DMC-FX07, formato JPEG, acervo particular do autor.

Embalados ao som de músicas e danças regionais, comidas típicas do quilombo, produtos manufaturados da banana, como doces diversos, geleias, tira-gosto (banana cortada em rodela e fritas no óleo de soja) e também a tradicional farinha, são expostas ao público na feira de produtos agrícolas montada em galpão aberto com cobertura de palhas de coqueiros, na área ocupada pela festa. Laura Ferreira da Silva, uma das lideranças da Mutuca, organizadora da festa, está profundamente envolvida nos projetos de melhorias para a sua comunidade. Para ela o evento da Festa da Banana Quilombola constitui-se numa rara oportunidade para expor o produto produzido no quilombo, o que justifica seu empenho na divulgação da festa, atraindo assim um maior número de visitantes à sua comunidade para, desta forma, aumentar as vendas de suas mercadorias.

Além dos subprodutos produzidos a partir da banana, outras mercadorias também são oferecidas ao público na feira, tais como: licores de pequi, capim cidreira, quiabo de angola⁸, jatobá, jabuticaba, abacaxi e figo, pequi em pó, bala de pequi, farinha de pequi, bonecas feitas com cabaças, artesanatos e bijuterias confeccionadas com folhas da bananeira, entre outros.

Segundo Laura, grande maioria das famílias que moram na zona rural do município de Livramento – MT, bem como as de sua comunidade, estão envolvidas na produção da banana, um ótimo acompanhamento para certos tipos de carne, além de doces e também seu consumo *in natura*. Desta região, a banana transformada em tira-gosto abastece as prateleiras de supermercados, restaurantes, quitandas, e até restaurantes de várias cidades.

A banana, afirma Laura, tem atraído turistas que em suas visitas à comunidade se encantam com as mais variadas formas de sua utilização. É visível a euforia que toma conta dos membros desta comunidade durante a realização da festa, pois, ao que sabemos, consiste no êxito do esforço conjunto empreendido por eles no sentido de alavancar economicamente seus representantes, ao mesmo tempo em que lhes confere visibilidade política⁹ pela utilização racional dos recursos do meio ambiente, tema caro à sociedade contemporânea.

Esta posição econômica e social ostentada pela Associação da Mutuca significa, considerando-se o quadro geral dos quilombos no Brasil, um caminho bem-sucedido em busca de sua inserção na sociedade de consumo e tudo que ela oferece no campo das possibilidades. No momento histórico em que vivemos, fazer parte do mercado, como agente histórico, significa mobilidade social no interior de uma complexa sociedade globalizada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos, no discorrer deste artigo, o conceito de globalização deve ser relativizado na medida em que não contempla as sociedades pós-modernas como um todo. Conforme teorias desenvolvidas por Milton Santos, Zygmunt Bauman e principalmente Boaventura de Sousa Santos, a globalização aumenta o fosso que separa ricos de pobres no mundo contemporâneo. Vimos, também, que Boaventura de Sousa Santos propõe o fortalecimento da cultura e

⁸ O *Hibiscus sabdariffa* L. é um arbusto perene da Família das Malváceas. De origem africana e asiática, é conhecida popularmente como hibisco, hibiscus, rosela, groselha, azedinha, quiabo azedo, caruru-azedo, cururu-da-Guiné e quiabo de Angola. Disponível em: <http://www.jardimdeflores.com.br/ERVAS/A42hibiscus.htm> Acesso em 10/03/2014.

⁹ À Festa da Banana Quilombola são convidados diversos políticos da região, além de representantes da Secretaria de Cultura e do Movimento Negro do Estado, além disso o evento conta com ampla divulgação na imprensa. Laura Ferreira de Jesus tem consciência da importância de sua comunidade participar, como agente histórico, da vida política, social e econômica da sociedade.

economia regionais como forma de superar as pressões impostas pela globalização hegemônica, orquestrada pelo poder das empresas transnacionais. Também ficou bem explicitado a aplicabilidade destas teorias formuladas por Sousa Santos através do estudo de caso que empreendemos com o exemplo da Associação da Mutuca e o esforço constante de seus integrantes por uma melhor posição no mercado de consumo da Baixada Cuiabana.

Assim, através deste estudo de caso, foi possível comprovar que o paradigma da localização, suas bases regionais, segundo Boaventura de Sousa Santos, consistem de fato no esforço pela superação dos problemas causados pela globalização hegemônica. Desta forma, a livre iniciativa dos localizados, no caso a Associação da Mutuca, otimizou sua produção e intercâmbio comerciais, bem como culturais, alavancando desta forma seu potencial econômico, social e político. De acordo com nosso discernimento, o estudo de caso da Associação da Mutuca constitui-se como base de comprovação das ideias defendidas por Boaventura de Sousa Santos, com relação à regionalização em oposição às forças econômicas globalistas ostentadas pelos países centrais, altamente industrializados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BANDEIRA, Maria de Lourdes; Sodré e Dantas, Triana de Veneza e Mendes, Elieth Barros. *Mata Cavallo (MT) Relatório Histórico-Antropológico*. Ministério da Cultura, Fundação Cultural Palmares, Universidade de Cuiabá – UNIC. 1990.
- BARCELOS, Silvânio. *Quilombo Mata Cavallo: “a terra dos ancestrais”*. – Saarbrücken: Novas Edições Acadêmicas, 2014.
- Bauman, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas**. Tradução Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.
- DEBORD, G. *Sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- FERREIRA, João Carlos Vicente. *Mato Grosso e seus municípios*. – Cuiabá: Secretaria de Estado da Educação, 2001.
- GORENDER, Jacob. *A escravidão reabilitada*. São Paulo: Editora Ática S/A, 1990.
- Santos, Boaventura de Souza. (Org.) **A globalização e as ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 2002
- SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: “Do pensamento único à consciência universal”**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

Fontes jurídicas

AÇÃO CAUTELAR INOMINADA, do Ministério Público Federal, processo nº 2002.36.00.006503-1, classe 9200.

Disponível em: <http://www.polis.org.br/utilitarios/editor2.0/UserFiles/File/1ACP>. Acesso em 12/Agosto/2010 .

BRASIL, MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Plano territorial de desenvolvimento rural sustentável, território rural da baixada cuiabana – Mato Grosso*. – Campo Grande, 2006. Disponível em: http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_territorio016.pdf acesso em 17/Março/2014

RELATÓRIO TÉCNICO, Unidade Avançada Diamantino da Superintendência Regional de Mato Grosso, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, intitulado “*Comunidade Remanescentes do Quilombo Mata Cavalô*”. Cuiabá, 2006.

Entrevistas

SILVA, Laura Ferreira da. **Entrevista**. [jan/2011]. Entrevistador: Silvânio Paulo de Barcelos. – Cuiabá, 2011. Arquivo mp3 (32 minutos).